



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639960 - RS (2021/0011992-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ANTENOR COLOMBO NETO
ADVOGADO : ANTENOR COLOMBO NETO - RS072874
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : W J V (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de W J V em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (*Habeas Corpus* n. 70084546688).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese dos crimes previstos no art. 217-A, c/c o arts. 226, II, e 61, f, e no art. 344, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a segregação cautelar, porquanto estariam fundados em elementos genéricos e na gravidade abstrata do delito.

Afirma o direito do paciente à liberdade provisória, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, sobretudo porque é primário, possui bons antecedentes e tem residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva está fundamentada, em princípio, na gravidade concreta do crime, revelada pelo *modus operandi* empregado na execução delitiva.

A propósito, esses foram os motivos apresentados pelo acórdão impetrado para mantê-la (e-STJ fl. 24):

Lado outro, afirmada a necessidade da medida extrema para acautelar a ordem pública, destacada a periculosidade do paciente em razão da gravidade concreta das condutas em tese praticada sem ambiente doméstico, entre o mês de dezembro de 2019 e o dia 16 de junho de 2020, a envolver atos libidinosos diversos da conjunção carnal e, em uma das oportunidades, tentativa de introdução do pênis na vagina da vítima, sua enteada à época com 12 anos de idade.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da

matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência